



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91
www.emtese.ufsc.br

O conceito de movimentos sociais revisitado

Karine Pereira Goss¹

Kelly Prudencio¹

1. O conceito de movimentos sociais revisitado

Qualquer discussão sobre movimentos sociais não escapa do questionamento recorrente: afinal, o que são movimentos sociais? Diferentemente de outros conceitos, este, em particular, apresenta significados distintos, conforme a concepção a partir da qual se desenvolve. Isso fica evidente nos seminários, congressos e palestras sobre o tema, nos quais os mais variados tipos de ação coletiva são classificados como movimentos sociais. Foi a partir do debate realizado numa oficina temática que nasceu a preocupação de produzir este *paper*, na intenção de problematizar um pouco essa discussão. Não é pretensão esgotar aqui a questão, mas levantar alguns aspectos que podem apontar caminhos no sentido de elucidar certas ambigüidades relativas ao termo, sem, contudo, resolvê-las.

Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Com a progressiva delimitação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, principalmente a partir da década de 60, as definições, embora ainda permanecessem imprecisas, assumiram uma consistência teórica, principalmente na obra de Alain Touraine, para quem os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia. Apesar do desenvolvimento que o conceito teve nos últimos anos, não há consenso ainda hoje entre os pesquisadores sobre seu significado. Outros estudiosos do tema, como Alberto Melucci, por exemplo, questionam o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e empregam preferencialmente o de ações coletivas. Isso sinaliza para a necessidade de uma maior discussão acerca da validade

¹ Doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC; integrantes do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC; E-mails: karine@cfh.ufsc.br; kellonya@bol.com.br

conceitual do termo, mesmo porque ele vem sendo utilizado indiscriminadamente para classificar qualquer tipo de associação civil.

Essa imprecisão está relacionada a algumas questões. Em primeiro lugar, o conceito envolve uma problemática simetria entre empiria e teoria. Em outras palavras, ele surge nas lutas sociais e, posteriormente, é apropriado pelos pesquisadores que passaram a dedicar-se ao seu estudo. Um freqüente engajamento político dos pesquisadores da área também ajuda a tornar a utilização do conceito bastante propositiva, ou seja, há muitas expectativas por parte de pesquisadores-militantes em relação ao poder de transformação dos movimentos, perdendo-se muitas vezes de vista a capacidade de avaliar a dimensão real de suas potencialidades. Este ponto se desdobra num segundo, que é a idéia de sociedade civil, *locus* dos movimentos sociais, como reservatório de virtudes, o que implica uma sobrevalorização do potencial político dos atores sociais e a crença numa falsa independência em relação a partidos políticos e outras organizações. Isso leva a questionar até que ponto a teorização sobre os movimentos sociais descreve a prática dos atores e se é possível e desejável que a teoria assuma esse papel.

De qualquer maneira, para os termos deste *paper*, as características dos movimentos sociais contemporâneos apontam para uma reorientação da ação coletiva, o que implica a revisão de algumas teorias. Os atores sociais já não se enquadram nas categorias teóricas consagradas para classificar tipos de ação coletiva, embora a pertinência de algumas teses permaneça.

Classe ou movimento social

Pode-se afirmar que a análise das ações coletivas por meio do conceito de movimentos sociais veio preencher uma lacuna deixada por um certo esgotamento do conceito marxista de classe social, predominante nas Ciências Sociais até finais de década de 1970. De acordo com Laclau (1991), os teóricos marxistas debatiam muito sobre a questão das classes, porém sempre partindo do pressuposto de que essa categoria era suficientemente óbvia e transparente. Em outras palavras, não era questionado o conceito de classes sociais, mas outros aspectos, como, por exemplo, se seriam as classes realmente os agentes das mudanças históricas, se a classe trabalhadora estaria em extinção, etc. Esse tipo de análise pressupunha que a posição de um sujeito coletivo na estrutura do sistema capitalista seria uma das principais chaves para o entendimento dos conflitos sociais.

Em parte da sociologia brasileira, essa concepção marxista, que enfatizava a importância do papel das classes sociais como chave para o entendimento da sociedade, começou a ser alterada em meados da década de 1970². Nesse período foram introduzidas questões diferenciadas na análise da realidade social, como a ênfase na microestrutura e não somente na macro, a percepção de uma multiplicidade de fatores de análise, além do econômico, o deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil, e da luta de classes para os movimentos sociais.

O processo é classificado por Telles (1987, p. 62) como a “descoberta da sociedade como lugar da política”. Os autores deixam de analisar os sujeitos políticos apenas na relação classe-partido-Estado. Os partidos e sindicatos perdem o lugar de protagonistas políticos para os movimentos populares que ocorrem no bairro, no espaço social da moradia. Telles ressalta ainda que, com a ocorrência de estudos que não mais privilegiam a posição do sujeito dentro do processo de produção — como aqueles sobre as condições das mulheres, nos quais mostra-se que há diversas formas de pessoas diferentes vivenciarem uma mesma condição de classe —, houve abertura para uma discussão que questiona a noção unívoca de classe social. A autora afirma que a novidade dos movimentos populares também estava relacionada “com o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na figuração tradicional e paradigmática da classe operária” (Idem, p. 66) e que por isso era necessário investigar a singularidade dessa configuração. Conforme sua conclusão, para entender os movimentos populares daquele momento histórico o conceito de classe social parecia estreito demais (Goss, 2002).

Segundo Laclau (1986) será com o surgimento de movimentos centrados em questões identitárias, também denominados de “novos movimentos sociais”, que a problemática do sujeito passou a ser tratada de forma diferenciada na teoria sociológica. Esses movimentos, de acordo com o autor, tendem a criar e politizar espaços alternativos de lutas. Os “novos movimentos” que surgem na América Latina não se baseiam mais em um único modelo totalizante de sociedade, como ocorria anteriormente. Segundo o autor, as organizações tradicionais, como sindicatos, partidos políticos e movimentos de trabalhadores eram definidas por meio da conjugação de três características: a identidade dos atores determinada por categorias relacionadas à estrutura social — camponeses, burgueses e trabalhadores —; o tipo de conflito definido por um paradigma evolucionário, ou seja,

² Conforme destaca SCHERER-WARREN (1996).

haveria um esquema teleológico e objetivo que guiaria as lutas (o socialismo); e, por fim, os espaços dos conflitos reduzidos a uma dimensão política fechada e unificada (representação de interesses, institucionalidade política). Os "novos movimentos sociais" romperam justamente com a unidade desses três aspectos. Em relação ao primeiro, a posição que o sujeito assume nas relações de produção não determina necessariamente suas demais posições. No que se refere ao segundo aspecto, não é mais possível determinar a realidade por meio de estágios que apareceriam em sucessivas fases do desenvolvimento da sociedade. Finalmente, o político é uma dimensão presente em toda prática social e não um espaço específico.

As primeiras correntes interpretativas surgiram com a teoria da Mobilização de Recursos (MR), que entende os movimentos sociais como grupos de interesse, e a Mobilização Política (MP), responsável pela criação do conceito de *frame*, ou "marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva", e da noção de oportunidade política, dentro do que Gohn (1997) chama de paradigma norte-americano.

Na Europa, depois de 1960, a abordagem clássica marxista, que priorizava a análise pela categoria de luta de classes, passou a ser criticada pelos acionalistas, representados principalmente por autores como Touraine, e pelos neomarxistas, tendo como um dos principais representantes, Manuel Castells, cuja aproximação resultou na teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Ao final do percurso pelas teorias sobre os movimentos sociais, Gohn (1997) estabelece sua conceituação que caracteriza *os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil*. Segundo a autora, as ações desenvolvem um processo de criação de identidades em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na sociedade, seja de caráter conservador ou progressista.

Movimento social como categoria analítica

A revisão do conceito de movimentos sociais de alguma maneira foi realizada pelo próprio Touraine (2003), a partir de uma distinção que propõe para evitar chamar de movimentos sociais qualquer tipo de ação coletiva, de grupos de interesse ou de instrumentos de pressão política. Nessa empresa, o autor procura diferenciar os movimentos sociais, culturais e

históricos, o que se apresenta como um sintoma da dificuldade de relacionar os fenômenos que se apresentam como ação coletiva e a sua apreensão pela teoria.

Por movimentos sociais, entende aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social (Touraine, 2003, p. 119). Mas essa definição exclui grande parte das ações coletivas que se apresentam hoje, na medida em que os atores sociais encontram dificuldades para identificar um adversário. Ele mesmo reconhece que a formação de movimentos sociais é muito difícil.

O autor distingue os movimentos sociais dos movimentos culturais³ — ações voltadas para a afirmação de direitos culturais mais que no conflito com o adversário —, e dos movimentos históricos⁴ — que põem em questão uma elite e apelam ao povo contra o Estado. A partir disso, afirma que o que se forma, sobretudo, são movimentos históricos de defesa contra a globalização, mesmo porque eles são mais visíveis que os movimentos sociais. Estes, por sua vez, se caracterizam por estarem ligados não a uma situação revolucionária, mas à capacidade do ator de elaborar uma práxis, de comprometer-se num conflito social e erigir-se em defensor dos valores sociais, que não podem reduzir-se aos interesses do ator nem conduzir ao aniquilamento do adversário (Touraine, 2003). Ou seja, num conflito social, a contestação é permanente.

Embora essa distinção tenha sido elaborada para evitar equívocos nas considerações sobre movimentos sociais, ela de certa forma restringe a análise, que fica engessada dentro das três categorias. Por outro lado, se enfocamos a discussão de movimento social como chamamento ao sujeito (Touraine, 1998), as possibilidades de análise dos fenômenos coletivos recentes se abrem. Mesmo sendo as definições de sujeito como movimento social e de movimentos sociais muito próximas, a abordagem da primeira permite considerar fenômenos que não necessariamente se enquadram na segunda.

Diante de uma nova geração de conflitos sociais e culturais, caracterizados pela luta sobre as finalidades da produção cultural, educacional, de saúde e informação de massa, Touraine

³ Os dois principais movimentos culturais apresentados por Touraine (2003, p. 130-1) são o movimento das mulheres e o movimento ecologista. Referem-se a processos de subjetivação; movimentos mais interessados na afirmação de uma pertença do que na contestação de uma ordem.

(1998) define o chamamento ao sujeito como uma resistência a uma forma de dominação social contra a qual se invocam valores, orientações gerais da sociedade. Nesse sentido os movimentos sociais contemporâneos não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais.

O sujeito, ou a construção do indivíduo como ator, só existe como movimento social, com contestação da lógica da ordem. Na sociedade contemporânea, a resistência ao poder se apóia na defesa do sujeito. "(...) As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas 'mudar a vida', defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais" (Touraine, 1998, p. 262).

A reconstrução da identidade pessoal não se efetua mediante a identificação com uma ordem global, econômica, natural ou religiosa, mas pelo reconhecimento da dissociação dos elementos que formavam uma experiência integrada. Diante da impossibilidade de localizar o adversário (não mais identificado com uma classe, um partido ou o Estado), o chamamento ao sujeito é um processo de identificação e não mais de identidade e se evidencia onde a lógica das técnicas e dos mercados entra em conflito com a lógica do sujeito (Touraine, 2003; Prudencio, 2003).

Por isso os movimentos sociais tematizam questões que antes ficavam restritas à esfera privada, como as questões de gênero, de orientação sexual, étnicas, enfim, às *diferenças* que querem ver significadas. Junto com isso, compartilham das lutas pela terra, pela distribuição de renda, pela igualdade entre as nações ("antiglobalização"). Portanto, nenhum ator social contemporâneo luta sozinho, mas atua em rede, numa articulação que é global e cuja ação é local.

Alberto Melucci (1999) também propõe uma redefinição para movimentos sociais e ações coletivas, considerando-os não como fenômenos empíricos, mas como categorias analíticas. Se os conflitos sociais saem do sistema tradicional econômico-industrial e se transferem para as áreas culturais, como afirma, os atores coletivos assumem a função de revelar os problemas para a sociedade.

⁴ Os movimentos históricos também não se contrapõem a uma ordem, mas a modelos de desenvolvimento

Os movimentos sociais de cunho identitário são exemplos emblemáticos, apesar de lutarem pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, ou seja, por questões específicas, o tipo de debate que eles provocam na sociedade acaba tocando em temáticas muito importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade. Isso aconteceu, por exemplo, com o movimento feminista, que provocou uma revisão a respeito da hierarquia entre os gêneros e politizou o espaço doméstico. Isso está ocorrendo na Europa Ocidental com os descendentes de imigrantes (caribenhos, asiáticos, indianos, turcos, africanos, entre outros) que reivindicam direitos sociais e a importância de manifestar publicamente sua diversidade cultural (Wallace apud. Hall, 2003, p. 54). E está presente no Brasil com a reivindicação por parte do movimento negro de cotas para estudantes negros em universidades públicas e nas lutas das comunidades remanescentes de quilombos pelo reconhecimento de suas terras.

Redes de movimentos sociais

O padrão organizacional da ação coletiva contemporânea é a rede de movimentos, uma rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Como os atores coletivos são "temporários", essas redes fazem e desfazem seus nós, tornando problemática a definição de movimentos sociais como sistemas fechados. Em outros termos, o campo de ação permanece, mas não seus atores.

De acordo com Melucci (1999, p. 74-5), as redes são formadas por pequenos grupos imersos na vida cotidiana com fins específicos e caracterizam-se pela associação múltipla, pela militância parcial e efêmera, e pelo desenvolvimento pessoal e solidariedade afetiva como condições para participação. As redes apresentam dois aspectos importantes: a latência, que permite experiências com novos modelos culturais, criando novos códigos; e a visibilidade, estratégia de enfrentamento de uma autoridade específica contra uma lógica de tomada de decisão. A latência alimenta a visibilidade e esta reforça as redes submersas, fornecendo-lhes energia para renovar a solidariedade e atrair novos militantes.

Nesse sentido, a idéia de sujeito de Touraine é interessante para entender a formação dos atores coletivos, mas sua articulação é apreendida com a noção de redes. Ou seja, os

centrados no poder do Estado e/ou do mercado. Tende a tornar-se instrumento de uma contra-elite política,

movimentos sociais não se restringem à luta de *um* sujeito privilegiado, mas passam a existir como atores que, naquele determinado contexto de interesses e oportunidades, estão conectados. A idéia de redes permite extrapolar a exigência de delimitação do raio de ação dos atores sociais.

Em vez da busca da convergência de interesses nos projetos dos atores sociais isoladamente, a ação coletiva contemporânea requer que o olhar se volte para os pontos nos quais as diferenças se tocam. Em outras palavras, como se formam movimentos sociais nos nós das redes em que se constituem as ações coletivas. Isso significa afirmar que diante da diversidade de atores sociais já não é mais possível falar de um movimento social sem considerar sua articulação numa rede de movimentos sociais.

A importância política das redes se evidencia diante do que Bauman (2001) chama de crise da noção de cidadania, provocada pela intensificação do processo de individualização. O outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania. Se antes cabia aos cidadãos a defesa da esfera privada contra a invasão das tropas da esfera pública e do Estado opressor, hoje se trata de defender o domínio público. Esse papel é desempenhado pela ação coletiva, que se direciona para a articulação em redes, como um tipo de resposta aos problemas gerados pela globalização.

A ação coletiva, ainda que com uma nova qualidade, permanece como ponto de ligação, ou transposição do abismo, entre o indivíduo e o cidadão. E aqueles que reapropriaram as ferramentas perdidas da cidadania são os únicos construtores à altura da tarefa de erigir essa ponte em particular. Bauman sugere que os construtores dessa ponte se encontram nos movimentos sociais. Curiosamente, a reocupação do espaço público se dá mediante a forte presença de demandas de caráter individualista ressignificadas para o debate público. As manifestações de resistência global⁵, uma rede de movimentos que se contrapõe aos atores político-econômicos internacionais, representam bem esse aspecto da ação coletiva contemporânea: a volta dos atores coletivos à esfera pública com uma mensagem originada na esfera privada e "coletivizada" pelas redes. Está-se diante do processo de reinvenção da política explicitado por Beck (1997), ou seja, novas formas de ação na sociedade que

podendo até formalizar a participação via representação institucional. (Touraine, *op. cit.*, p. 133)

⁵ Trata-se da articulação de atores sociais de diferentes orientações políticas e culturais que ficou conhecida por "movimento antiglobalização". Os ativistas, na maioria, estudantes, feministas, ambientalistas, homossexuais, camponeses, agricultores, sindicalistas, punks, anarquistas, empreendem manifestações que combinam ação direta e passeatas, principalmente nas ocasiões dos encontros do G8, OMC, FMI e Banco Mundial.

compreendem diferentes arranjos sociais e possibilitam modos alternativos de construção de consensos.

Nessa direção, Scherer-Warren (2003) propõe analisar a ação coletiva na perspectiva das redes sociais, as quais, entre outras coisas, desempenham um papel estratégico de empoderamento de coletivos e são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas, como os fóruns sociais mundiais e as grandes marchas “antiglobalização” e pela paz.

Antes, porém, é necessário distinguir as categorias “coletivos em rede” e “redes de movimentos”. A primeira refere-se a conexões em primeira instância comunicacional de vários atores ou organizações através da Internet, principalmente, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta. Esses coletivos são visualizados na pesquisa através dos *sites* que os atores sociais dispõem na internet. A segunda são redes sociais complexas que extrapolam as organizações e que conectam, simbolicamente, sujeitos sociais e atores coletivos. Em síntese, os coletivos em rede são formas de instrumentalização das redes de movimentos e, embora não definam por si mesmas um movimento social, são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação.

Essa distinção é importante na medida em que amplia a definição de movimentos sociais de Touraine, pela qual uma ação coletiva de tipo societal é entendida como portadora de uma *identidade*, de um *adversário* e de um *projeto*. As redes articulam atores e movimentos sociais e culturais. Na sociedade da informação, continua a autora, as redes teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa. Pode-se acrescentar que as redes conectam o que Touraine diferenciou como movimentos culturais e históricos.

Nessas articulações, as redes oferecem novas leituras para a realidade, atribuindo novos significados às transformações sociais, dos quais Scherer-Warren (2003) destaca a *desfundamentalização* — o fim da crença em uma única orientação para a transformação social; o *descentramento* — atores diversos reivindicando projetos distintos; o *combate aos essencialismos* em direção ao interculturalismo — reconhecimento das diferenças sem totalitarismos; e o *engajamento dialógico na rede*, para a superação da distinção teoria e prática, ou seja, entre a produção intelectual, as mediações e as militâncias.

Movimentos sociais e movimentos populares

Na América Latina, a teoria que se produziu sobre os movimentos sociais foi informada principalmente pela sociologia europeia, mas também pela teoria da modernização e da dependência, que chamavam a atenção para as especificidades da região (Gohn, 1997).

De fato, enquanto na Europa e nos Estados Unidos as demandas coletivas indicavam para uma abordagem cultural da construção de identidades, uma vez que naqueles países as carências materiais estavam relativamente resolvidas, na América Latina essa realidade ainda convivia (e convive) com problemas de ordem material e com a luta pela democratização política nos países em que se instalaram ditaduras militares. Existia então uma diversidade de movimentos sociais, com hegemonia de movimentos populares por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos, como também a questão dos direitos humanos (Prudêncio, 2000).

Outro fator importante foi a presença da Igreja Católica, através da ala progressista da Teologia da Libertação, que mobilizou através das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais, até a abertura política, as camadas pobres da população em favor de justiça social, baseada nos princípios de solidariedade e esperança. A Igreja literalmente engajou seus militantes na resolução das contradições sociais.

Na análise de Rubem César Fernandes (1994, p. 49), os movimentos suspenderam promessas e expectativas globais para afirmar-se no plano local, o que provocou mudanças na forma das ações coletivas e nos discursos dos atores. Assim, "povo" dá lugar ao "popular", para dar conta de uma multiplicidade de sujeitos sociais singulares em luta pela afirmação de seus significados. "A afirmação de uma identidade 'contrastiva'⁶ acarreta o reconhecimento de uma *experiência singular* [...] cujo sentido não é apreensível no formalismo abstrato e genérico das leis".

De acordo com Doimo (1995), desde a década de 1970 até meados dos anos 1980 os discursos dos movimentos sociais e as análises sobre sua atuação são orientados pela idéia do "povo como sujeito". Segundo a autora, a mudança de avaliação em relação ao papel político atribuído ao povo, que de "massa amorfa" transfigura-se em sujeito, foi determinada

⁶ Referente à mulher, ao negro, ao índio.

por dois fatores: a crise do marxismo clássico e a influência de Gramsci sobre parte da intelectualidade brasileira, provocando uma releitura do popular.

Esse “novo sujeito” organizava-se numa variedade de “práticas reivindicativas” (Doimo, op. cit., p. 95), como nos movimentos contra a elevação do custo de vida, por acesso à moradia, contra o desemprego, por melhores condições de saúde e de transporte coletivo, entre outros. Parte da ideologia desses movimentos vinha da Igreja Católica, que teve papel decisivo na sua formação e manutenção. É interessante ainda apontar um aspecto da militância desse período analisado pela autora: houve uma intensa valorização do cotidiano e também uma espécie de “rejeição de todo o tipo de racionalidade organizativa” (idem, p. 87), inclusive a instrumentalidade de um partido político. A comunidade, por excelência o lugar do cotidiano e das relações interpessoais, passou a ser o novo espaço do conflito e da emancipação (Goss, 2003).

De meados da década de 80 até o final da década de 90, os movimentos sociais perdem visibilidade como ações contestatórias porque, segundo Gohn (1997), o Estado deixa de ser seu principal adversário e, não tendo um inimigo visível (ao qual até então dirigiam suas reivindicações), os movimentos sociais se transformam e assumem novas demandas, localizadas no âmbito da sociedade civil. Os movimentos sociais já não objetivam tomar o poder do Estado, mas garantir direitos sociais.

Na década de 90, portanto, os movimentos sociais tiveram de alterar seus procedimentos, pois muitas preocupações manifestas em suas lutas acabaram sendo incorporadas por parcela significativa da sociedade e do Estado, através da conquista de direitos sob a forma de lei, por exemplo, na Constituição Brasileira de 1988. “Muitos movimentos que tiveram muito vigor nos anos 70 e 80, quando clamavam por direitos, passaram a encontrar dificuldades para manter a mobilização após terem conquistado alguns daqueles direitos em lei [...]” (Gohn, 1997, p.234).

A nova política

Nesse cenário de transformação, que autores como Giddens (1996) estão denominando de sociedade pós-tradicional, como Touraine (1998), de pós-industrial e como Bauman (2001), de modernidade líquida, os movimentos sociais, em vez de orientarem uma ação coletiva, orientam uma ação individual. Os bens materiais são produzidos e consumidos com

mediação de sistemas informacionais e simbólicos, caracterizando os conflitos fora do sistema tradicional industrial (Melucci, 1989). A partir dos anos 80, os atores coletivos são "temporários", cuja função simbólica é "revelar" problemas fundamentais, lutar por projetos, significados e orientações.

Segundo Touraine, os novos movimentos sociais deixam transparecer uma nova geração de conflitos sociais e culturais; uma luta sobre as finalidades da produção cultural, educacional, de saúde e informação de massa. Por isso o forte desinteresse pelas instituições políticas e das idéias sociais. É uma luta por uma democracia interna.

Claus Offe⁷, citado por Gohn (1997, p.165), prioriza a análise política dos novos movimentos sociais, entendendo as ações por eles desenvolvidas como "resposta racional a um conjunto específico de problemas", caracterizando-os como eminentemente políticos. Refere-se o autor ao resultado, na sociedade civil, da incapacidade das instituições políticas e econômicas para perceber e atuar sobre as privações. O autor localiza o campo de atuação dos novos movimentos sociais num espaço de política não-institucional. Giddens (1997, p. 52), aponta que "a qualidade democrática" dos movimentos sociais é inserir em domínio discursivo aspectos dos comportamentos e condutas sociais que até então eram desconsiderados ou eram acertados "por práticas tradicionais".

Os atores sociais lutam em nome da coletividade a partir de conteúdos que tratam dos direitos humanos, da paz, da ecologia, de discriminações etc. No entanto, os valores defendidos são autonomia pessoal e identidade. Segundo Offe, esses movimentos reivindicam seu reconhecimento como interlocutores válidos, querem interferir nas políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade.

Na América Latina, os novos movimentos sociais (questões de gênero, etnia, sexo, ecológicas, novo sindicalismo etc.) são diferentes dos novos movimentos sociais europeus, por se desenvolverem em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias e por sistemas judiciários inoperantes (Gohn, 1997). Na Europa, portanto, "novo" refere-se ao oposto do "antigo" movimento da classe trabalhadora; na América Latina, aos movimentos que não se pautam por relações clientelistas. "Em ambos os casos o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas" (Gohn, 1997, p.124). Enfim, "novo" passou a referenciar movimentos que demandavam não apenas

bens e serviços necessários à sobrevivência humana, como também reivindicavam a garantia dos direitos sociais modernos, de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais.

Scherer-Warren (1993, p. 53) identifica no projeto dos novos movimentos sociais um potencial transformador, no sentido de modificar a sociedade não apenas a partir do aparelho do Estado, mas também no nível das ações concretas da sociedade civil. "Os NMS, atuando mais diretamente no seio da sociedade civil, representam a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao aparelho do Estado e perante a forma tradicional do agir político por meio de partidos".

Os NMS latino-americanos apontam para um projeto alternativo em construção, o que indica que nessas novas práticas políticas ainda não há uma homogeneidade, sendo marcados por conotações de classe, uns de base mais popular (sem terra, bairros, sindicais) e outros mais típicos da classe média (ecológico e feminista). Há também uma dificuldade de penetração na sociedade civil como um todo, devido ao alcance fragmentado e localizado das ações. No entanto, compartilham a ideologia do anti-autoritarismo e lutam pela descentralização do poder.

O ideal básico parece ser a criação de um sujeito social, que redefina o espaço da cidadania, portador de um sentimento de uma tripla exclusão relativa - econômica, política e cultural -, mais do que o desejo de participar das decisões. As reivindicações, portanto, são assumidas como direito, tomados como auto-evidentes. Derivam daí formas de desobediência civil para enfrentar decisões autoritárias do Estado, na tentativa de deslegitimá-lo (Scherer-Warren, 1993).

Desse modo, a transformação dos movimentos sociais através de novas práticas políticas, engendradas por outras transformações de ordem econômica, política e social, coloca uma questão: diante desses processos recentes, a ação coletiva não se organiza em torno de dois pólos identificados e visíveis, mas difusos, fragmentados, cuja diversidade não é apreensível em um conceito.

Uma das possibilidades analíticas é, partindo da conceituação de Scherer-Warren (1987), questionar se os movimentos sociais ainda podem ser definidos como ação grupal para a transformação, voltada para a realização dos mesmos objetivos, sob orientação mais ou

⁷ OFFE, Claus. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid, Ed Sistema, 1988, p. 212.

menos consciente de princípios comuns e sob a organização diretiva mais ou menos definida. É essa unidade entre objetivos, princípios e direção que está em jogo pela autonomização dos atores sociais contemporâneos.

Relação pesquisa e militância

Uma das discussões que permeia a epistemologia das Ciências Sociais desde sua formação é sobre a relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa. No caso das análises sobre movimentos sociais essa relação geralmente não é colocada em discussão. E isso pode provocar certa confusão. Em grande parte dos textos sobre movimentos sociais observa-se um acentuado otimismo acerca da possibilidade de transformação social que tais movimentos oferecem. A aposta na potencialidade transformadora dos movimentos pode ser decorrente de uma não problematização mais acurada acerca do vínculo acima citado entre pesquisador e sujeitos pesquisados.

Os movimentos possuem a capacidade de disseminar na sociedade novas formas de pensar sobre os problemas sociais. No entanto, isso não significa transformá-los em um novo sujeito coletivo, a exemplo do que a classe trabalhadora representou (e talvez ainda represente) para a teoria marxista. Esse otimismo analítico está muito mais vinculado às expectativas do pesquisador do que muitas vezes aos resultados e as intenções dos próprios movimentos. Discutir, portanto, com maior critério a posição do pesquisador na investigação e seus vínculos com determinados movimentos talvez fosse um caminho para melhor objetivar essa dificuldade.

Isso não significa que o pesquisador deva se encaminhar “pela psicanálise amadorística” (Cardoso, 1988, p. 103) na crítica de sua postura, mas que opere a construção de uma “cadeia de significação” delimitando seu ponto de vista e o do movimento estudado. O que a nosso ver muitas vezes ocorre é que na tentativa de compreender os movimentos (sujeitos da pesquisa) o pesquisador assume suas visões e suas intenções como a “realidade”, e não esclarece suficientemente a sua própria argumentação.

Considerações finais

A revisão do conceito de movimentos sociais não implica negar o que já se produziu sobre esse tipo de ação coletiva. Significa, antes de tudo, considerar aspectos que não foram ou

foram pouco valorizados na análise. Parece-nos importante frisar o papel de “meios de comunicação” que os atores coletivos assumem hoje: como afirma Melucci, eles têm a capacidade de dizer à sociedade quais são seus problemas, revelam-nos para que sejam tomados como reais. Ou seja, oferecem uma nova leitura da realidade. É só a partir dessa re-significação que algo pode ser visto como importante. Não atentar para isso em favor de uma exigência de “ações concretas” é fechar os olhos e perder de vista o que de mais interessante os movimentos sociais contemporâneos trazem.

“Movimentos sociais” é, ao mesmo tempo, um conceito e um objeto de pesquisa que tem demonstrado uma continuidade dentro da sociologia. Talvez seja oportuno seguir a sugestão que Mariza Corrêa (1978) faz sobre o tema das relações raciais na antropologia, e realizar uma genealogia do termo movimentos sociais na sociologia, procurando verificar as diferenças na maneira de nomeá-lo e observar os variados contextos em que foi produzido por diferentes pesquisadores. Empreender essa tarefa é recuperar os sentidos que os autores dão aos conceitos em determinado momento histórico e dentro da própria disciplina. Conforme aponta Bourdieu (1991, p.59) os conceitos são construções históricas e nesse sentido...

La historia de la génesis de los recursos intelectuales que utilizamos en nuestros análisis del mundo social es uno de los principales instrumentos de la crítica inseparablemente epistemológica y sociológica a la que debemos someter nuestras categorías de pensamiento y formas de expresión (...).

Quando pensamos que sabemos todas as respostas, vem a realidade e muda as perguntas.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo:Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loic J. D. **Respuestas por una antropologia reflexiva**. Bracelona: Gribaldo, 1991.

CARDOSO, Ruth. Aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CORREA, Mariza. **As ilusões: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1978.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**. O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1996.

_____. Admirável mundo novo: o novo da política. In: MILIBAND, David (org.). **Reinventando a esquerda**. São Paulo: UNESP, 1997, pp. 37-57.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOSS, Karine Pereira. **Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis (SC)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out., 1986.

_____. A política e os limites da modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de México, 1999.

_____. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Revista Lua Nova, nº 17. CEDEC, 1989.

OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid: Sistema, 1988.

PRUDENCIO, Kelly C. S. *Mídia e movimentos sociais contemporâneos*. A luta do sujeito pela construção do significado. Revista Comunicação & Política. Rio de Janeiro: Cebela, volume X, número 3, setembro/dezembro de 2003.

_____. **A produção da informação nas ONGs ambientalistas**. Estratégias de visibilidade. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes sociais: trajetórias e fronteiras*. 2003. No prelo.

_____. **Cidadania sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII, (1996).

_____. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1998.